

Brasil remete US\$ 64 bilhões

sábado, 18/10/86 □ 1º caderno

para o exterior

Fernando Martins

Brasília — De 1980 até agora, o Brasil já remeteu efetivamente para o exterior, como renda líquida, cerca de 64 bilhões de dólares, dos quais 56 bilhões de juros. A constatação é de um documento de circulação restrita elaborado por economistas do Banco Central, em São Paulo.

O documento chama atenção para os problemas que este escoamento de divisas têm trazido para a economia. De um lado, compromete-se a renda nacional, pois parcela acima de 5% do que é gerado internamente é enviada para o exterior sob a forma de rendimentos. Assim, a renda *per capita* é prejudicada. De outro lado, o déficit público é agravado, uma vez que o estado é o maior devedor em moeda externa. Anualmente, a remessa de juros tem que ser financiada, comprometendo ainda mais as finanças públicas. No período 1978/1979, a remessa de renda líquida ao exterior estava em torno de 2% do PIB.

O documento dos economistas do Banco Central alerta para o fato de que, se mantido esse nível de remessas, o Programa de Metas do governo Sarney estará virtualmente ameaçado. O pagamento excessivo de juros aos credores externos dificulta a importação de máquinas e equipamentos, bem como de matérias-primas. Fatores importantes para o país atingir as metas mínimas necessárias à atividade econômica não recessiva. Os técnicos do Banco Central sugerem que na discussão da renegociação da dívida externa brasileira, deve-se separar o pagamento do principal do pagamento dos juros referentes ao principal. "Em que pese as dificuldades de discutir com bancos credores, faz-se necessária uma nova postura para que tais encargos financeiros onerem minimamente o crescimento da economia brasileira", enfatizam.

Os economistas da divisão de pesquisas e estudos econômicos do Banco Central apontam os seguintes pontos positivos na renegociação da dívida realizada em março deste ano: sedimentou-se o afastamento do FMI do monitoramento da economia brasileira; diminuiu-se o *spread* sobre a parcela da dívida que foi rolada; eliminou-se a *prime rate* como taxa de juros básica (normalmente ela é superior à Libor) e suprimiu-se outros custos.

No documento fica o reconhecimento, por parte dos economistas do Banco Central, de que o alcance das medidas foi limitado, pois o Brasil continua sendo o país que paga os *spreads* (taxa de risco) mais elevados do mundo.

Os técnicos do Banco Central endossam ainda as propostas de soluções cooperativas, não traumáticas, que são o caminho para a redução da taxa de juros real (a taxa real hoje paga, excluída a inflação externa, gira em torno de 4% a 5%, mais 2% de *spread*, quando historicamente a Libor real não passaria de 2%).